A lógica da indicação política com meritocracia invertida, ou algo em que você ainda não parou para pensar...

Inúmeros cargos são resultado deste processo e ele é tido como democrático aqui tal como em inúmeros países. Um ministro do STF, por exemplo, é uma indicação do Presidente referendada pelo Senado. Dois agentes políticos onde normalmente o executivo faz valer sua força de barganha que compra a maioria necessária a uma abstração pornográfica (não encontrei termo mais leve, desculpem) intitulada governabilidade. Se o executivo tiver maioria e costuma ter, nomeia qualquer um para o STF, STJ, TJ, TCU, TCE, Embaixadas, Ministérios, Secretarias e assim vai.

Até aí, mais ou menos tudo bem, eis que há o alibi da equação de equilíbrio dos poderes, aquela história dos *checks and balances* do Montesquieu.

Todavia, há um aspecto que você, muito provavelmente, ainda não se deteve a pensar: Para o projeto de poder de um político, uma indicação é algo muito relevante. Seja de uma merendeira numa escola ou de um ministro do Supremo. Não no sentido de trazer algum resultado para a máquina pública, ao contrário, para consolidar o projeto de poder que é a única coisa que a imensa maioria dos políticos enxerga, antes, durante e depois da eleição. Neste raciocínio a regra de ouro é: quanto maior a incapacidade, a improbabilidade da pessoa atingir aquele cargo, maior a dimensão de gratidão e subserviência após a nomeação.

Vamos exemplificar: Duas pessoas concorrem a uma indicação ao STF. Um é excepcional pensador que, em verdade, acha que a indicação é totalmente natural, considerando sua carreira. Em outras palavras, não deve favor ao político, enxerga que o mesmo não fez nada além da sua obrigação. Em outro patamar está o mais desqualificado que entenderá sua escolha como um ato de enorme reconhecimento e, com ele, a dívida com aquele que exerce o poder. Escolher o pior atende mais ao jogo do poder. Vamos pensar juntos: Qual dos dois ficará em maior débito? O imbecil ungido ao cargo ou o que é mais preparado e acha que sua assunção é mera consequência de sua trajetória profissional?

A logica da indicacao politica com meritocracia invertida

Escrito por Administrator

Seg, 28 de Novembro de 2016 11:17 -

Querem exemplos? São muitos e tive de rir, para conter minha vontade de enumerar alguns que testemunhei.

Comecei a trabalhar em governo em 1985. E sem dúvida alguma este raciocínio não é dogma, no entanto é muito mais frequente do que você, meu amigo leitor, gostaria de imaginar.

Bom final de semana.